



PROVA OBJETIVA
ESPECIALISTA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS - PARALEGAL

NOME: _____

Nº INSCR. _____

INSTRUÇÕES

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (15 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- **A PROVA OBJETIVA contém 50 (cinquenta) questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), valendo 1,80 (um ponto e oitenta centésimos) cada, devendo o candidato obter no mínimo 60% de acerto para ser aprovado.**
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- **O Cartão Resposta será o único documento válido para correção e NÃO será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.**
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **26/03/2024**, e o Resultado a partir do dia **18/04/2024** no Diário Oficial de Bauru.

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Recursos Humanos



Prefeitura Municipal de Bauru

Concurso Público para o Cargo de Especialista em Gestão Administrativa e Serviços – PARALEGAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) Considerando as disposições do Código de Processo Civil relacionadas aos atos processuais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A)** Em regra, os atos processuais são públicos e independem de forma determinada.
- B)** Em regra, os atos processuais são públicos e dependem de forma determinada, em razão do princípio da estrita formalidade que rege os atos processuais civis.
- C)** Na medida em que a publicidade dos atos processuais encontra assento constitucional, todos os atos processuais são públicos, sem qualquer exceção.
- D)** Em regra os atos processuais são públicos, somente podendo tramitar em segredo de justiça quando o exigir o interesse público ou social.

02) De acordo com o Código de Processo Civil, são elementos essenciais da sentença:

- A)** Atendendo ao princípio constitucional da motivação, obrigatoriamente constará da sentença a fundamentação, na qual o juiz resolverá as questões de fato e de direito, indicando o artigo de lei aplicável ao caso concreto e o dispositivo, que é a parte final da sentença, com resolução do mérito.
- B)** Atendendo ao princípio constitucional da motivação, obrigatoriamente constará da sentença a fundamentação, na qual o juiz está autorizado à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo para fins de resolução das questões de fato e de direito e o dispositivo.
- C)** O relatório, que conterà o nome das partes, a identificação do caso, com a summa do pedido e da contestação e o registro das principais ocorrências, a motivação, parte em que o juiz analisa as questões de fato e de direito e a parte final ou dispositiva, em que o juiz resolverá as questões principais.
- D)** O relatório, que contará somente com o nome das partes, do juiz e dos auxiliares do juízo, a motivação em que o juiz analisa as questões de fato e de direito e a parte final ou dispositiva, em que o juiz resolverá as questões principais.

03) À luz do Código de Processo Civil, no que respeita ao valor da causa:

- A)** Na ação em que os pedidos são cumulados, o valor da causa será o de maior valor.
- B)** Na ação em que os pedidos são alternativos, o valor da causa será de qualquer deles.
- C)** Em regra, o valor da causa deve constar da petição inicial, salvo quando se tratar de demanda em que se pedir prestações vencidas e vincendas, em razão da impossibilidade de determinação do valor das vincendas.
- D)** O valor da causa é requisito intrínseco e imprescindível da petição inicial, de maneira que a sua indicação é obrigatória, ainda que a causa não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.



04) No que diz respeito às nulidades, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Em atenção ao princípio da lealdade processual, quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta deve ser requerida pela parte que lhe deu causa.

B) Quando a lei prescrever determinada forma, a sua inobservância impedirá o juiz de considerar o ato válido, ainda que atingida a finalidade, em razão do princípio do absolutismo das formas.

C) Em atenção ao princípio da adstrição ou vinculação, ao pronunciar a nulidade, o juiz ficará adstrito ao ato processual eivado de vício, permanecendo válidos todos os atos subsequentes, ainda que dependam do ato viciado ou nulo.

D) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, salvo quanto às nulidades que o juiz deva decretar de ofício ou quando a parte provar legítimo impedimento.

05) De acordo com o Código de Processo Civil, indeferida a petição inicial:

A) O autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 15 dias, retratar-se.

B) O autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 10 dias, retratar-se.

C) O autor não poderá apelar.

D) O autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 dias, retratar-se.

06) O Código de Processo Civil dispõe sobre o ônus da impugnação especificada dos fatos, estabelecendo que **NÃO** se aplica:

A) Ao membro do Ministério Público, ao Advogado Dativo e ao Curador Especial.

B) Ao Defensor Privado, ao Advogado e ao Curador Especial.

C) Ao Defensor Público, ao Advogado e ao Curador Especial.

D) Ao Defensor Público, ao Advogado Dativo e ao Curador Especial.

07) De acordo com o Código de Processo Civil, terão o prazo em dobro para todas as suas manifestações:

A) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

B) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público e as sociedades de economia mista.

C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público e de direito privado e as sociedades de economia mista.

D) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público e de direito privado.

08) O Brasil adotou como forma de estado o “federalismo”, que corresponde a uma estrutura de estado adotada, inicialmente, nos Estados Unidos da América. Nesse sentido, relativamente à distribuição de competência do modelo federal brasileiro é **CORRETO** dizer que:



- A) É determinada pela Constituição, mas fica a cargo de cada ente decidir se aceita ou não a delegação das competências, por meio da aprovação de leis locais.
- B) A distribuição de competências aos entes federais é feita pela Constituição e contempla competências materiais e legislativas.
- C) Na distribuição de competências legislativas concorrentes cabe à União a criação de leis específicas e aos Estados e Municípios as leis gerais sobre os assuntos previstos na Constituição.
- D) O modelo centralizador brasileiro conferiu à União a possibilidade de legislar sobre assuntos não reservados a outros entes, ao contrário do modelo americano, onde compete aos Estados legislar sobre assuntos que não foram expressamente reservados à União.

09) Nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade é **CORRETO** dizer que:

- A) O Advogado Geral da União deve ser citado para defender o ato impugnado, a fim de que haja o estabelecimento do contraditório.
- B) As Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal são legitimadas ativas para propositura dessa espécie de ação, mas devem demonstrar a pertinência temática.
- C) Há a necessidade de demonstração da pertinência temática por parte de todos legitimados ativos que ingressarem com essa espécie de ação.
- D) A procedência da ação indica que o Supremo deve realizar a modulação dos efeitos da decisão.

10) A Constituição prevê que o Presidente da República pode ser processado por crimes de responsabilidade e crimes comuns. Os crimes comuns estão tipificados no Código Penal e na legislação especial. Em relação aos crimes comuns praticados pelo Presidente da República é **CORRETO** dizer que:

- A) A Câmara dos Deputados deve autorizar, por dois terços de seus membros, o processo contra o Presidente cuja competência para processar e julgar é do Supremo Tribunal Federal.
- B) Eventual *habeas corpus* tendo Presidente como paciente deverá ser processado no Senado Federal, que é o responsável pelo julgamento dessa espécie de crimes.
- C) Verificada a ocorrência do crime comum, estará o Presidente sujeito à prisão a qualquer momento, o que poderá ser deferido pelo Ministro relator do processo.
- D) Independentemente do prazo de duração do processo, o Presidente ficará afastado do cargo desde o momento do recebimento da denúncia ou queixa até o trânsito em julgado da decisão, salvo se ela for absolutória.

11) Em relação ao sistema eleitoral em dois turnos é **INCORRETO** dizer:

- A) Esse sistema é destinado aos cargos de Presidente, Governadores de Estados e do Distrito Federal, Senadores e Prefeitos de municípios com mais de 200 mil habitantes.
- B) O sistema visa a obtenção da maioria absoluta dos votos por um dos candidatos.
- C) Caso haja a morte, desistência ou impedimento legal de um dos candidatos antes do segundo turno, será convocado dentre os remanescentes o de maior votação.
- D) Não haverá eleição em dois turnos para prefeitos e vice-prefeitos nos municípios com menos de 200 mil eleitores.



12) Com relação ao poder constituinte, diz-se que é “decorrente” aquele que é exercido pelos:

- A)** Municípios, para elaboração das respectivas leis orgânicas.
- B)** Estados, para elaboração de suas constituições estaduais.
- C)** Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para elaboração dos regimentos internos.
- D)** Poderes da União, para modificar a Constituição Federal por meio de emenda.

13) Em relação ao processo de emenda constitucional é **CORRETO** dizer:

- A)** É possível a aprovação de emendas constitucionais para modificação de todos os dispositivos constitucionais.
- B)** As limitações circunstanciais impedem apenas a entrada em vigor das emendas constitucionais, mas não impedem o curso normal do processo legislativo inclusive sua votação.
- C)** É possível a iniciativa mista de senadores e deputados, desde que haja assinaturas correspondentes a 1/3 do total dos parlamentares do congresso nacional.
- D)** As emendas são promulgadas e publicadas pelas Mesas das Casas, obedecendo-se a uma sequência numérica.

14) A Constituição Federal estabeleceu a organização político-administrativa dos Municípios. Nesse sentido, é **INCORRETO** dizer que:

- A)** A autonomia dos Municípios não lhes garante o direito de aprovar leis que sejam contrárias, formal ou materialmente, ao que estiver expresso no texto constitucional.
- B)** Os Municípios regem-se por leis orgânicas promulgadas pelas respectivas Câmaras Municipais, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas Constituições dos respectivos Estados.
- C)** O texto constitucional trouxe competências expressas para o Município, levando-se em consideração basicamente o interesse local.
- D)** Os Municípios podem criar seus Tribunais de Contas, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

15) De acordo com o Decreto-lei nº 3.365/41, que dispõe sobre desapropriações, o expropriado poderá levantar o preço:

- A)** Mediante prova da posse do bem, da quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros.
- B)** Mediante prova da propriedade do bem, da quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros.
- C)** Mediante prova da posse do bem, da quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 15 dias, para conhecimento de terceiros.
- D)** Mediante prova da propriedade do bem, da quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 15 dias, para conhecimento de terceiros.



16) Considerando a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público terá direito de regresso contra o seu agente responsável pelo dano somente na hipótese de culpa grave.

B) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público terá direito de regresso contra o seu agente responsável pelo dano somente na hipótese de dolo.

C) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço público terá direito de regresso contra o seu agente responsável pelo dano na hipótese de culpa ou dolo.

D) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviço privado terá direito de regresso contra o seu agente responsável pelo dano na hipótese de culpa ou dolo.

17) Considerando as modalidades de intervenção na propriedade privada, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) A limitação administrativa é uma forma de intervenção na propriedade privada considerada uma imposição estatal de caráter geral, que condiciona direitos dominiais do proprietário, independentemente de qualquer indenização.

B) A servidão administrativa é uma forma de intervenção na propriedade privada em que a Administração Pública promove um ônus real na propriedade para assegurar utilidades ou comodidades aos administrados, mediante indenização pelos prejuízos causados.

C) O tombamento é uma forma de intervenção na propriedade privada que incide somente sobre bens móveis, limitando os poderes do proprietário quanto aos direitos de uso, gozo, disposição e destruição, em razão do valor histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

D) A requisição é uma forma de intervenção na propriedade privada em que a Administração Pública, de forma autoexecutória utiliza bens particulares mediante determinação da autoridade competente, com ou sem indenização, em razão ou não de perigo público.

18) O Estudo de Impacto de Vizinhança, previsto no Estatuto da Cidade, deve analisar diversas questões no entorno do empreendimento, **EXCETO**:

A) Adensamento populacional.

B) Existência de restaurantes e casas noturnas nas proximidades que atendam a demanda dos futuros moradores.

C) Ventilação e iluminação.

D) Geração de tráfego e demanda por transporte público.

19) Qual é uma característica fundamental das Parcerias Público-Privadas (PPPs), previstas na Lei Federal 11.079/2004?

A) Total ausência de envolvimento do setor público.

B) Transferência integral de riscos para o setor privado.



- C) Financiamento exclusivo do projeto pelo setor público.
- D) Colaboração entre entidades públicas e privadas para desenvolver, financiar e operar projetos de interesse público.

20) São princípios que se aplicam ao processo licitatório e aos contratos administrativos, segundo a lei de licitações (Lei Federal nº 14133/2021):

- A) Princípio da Vinculação ao edital e da Celeridade.
- B) Princípio da Transparência e da Privacidade.
- C) Princípio da Impunidade e da Legalidade.
- D) Princípio da Hierarquia e da Pessoalidade.

21) O sistema tributário brasileiro garante aos entes federais a possibilidade de instituição de figuras tributárias. No tocante à distribuição de competências tributárias, assinale a alternativa que está **CORRETA**:

- A) A Constituição permitiu a instituição de tributos apenas pela União, pelos Estados e Distrito Federal, sendo certo que os Municípios são contemplados com valores repassados pela União e Estados, tais como: imposto de renda e imposto sobre veículos automotores.
- B) No sistema brasileiro de distribuição de competências, os impostos ficaram a cargo da União e a competência remanescente a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- C) É possível a instituição de tributos por todos os entes federais de forma genérica, mas somente os Municípios podem criar taxas e contribuições de melhoria.
- D) É permitido aos entes federais (União, Estados, DF e Municípios) a instituição de impostos que lhes foram reservados no texto constitucional, sendo certo que a União pode instituir, além daqueles que lhe foram reservados, outros desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

22) No tocante às limitações do poder de tributar é **CORRETO** dizer que:

- A) É possível a instituição de tributos interestaduais e intermunicipais com a finalidade de limitar o tráfego de pessoas e seus bens.
- B) Não haverá tributação de um ente federal por outro em relação ao patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- C) Os livros e periódicos podem ser tributados desde que não tenham cunho artístico ou cultural.
- D) É possível a instituição ou majoração de tributos por meio de decreto, sem lei anterior que o defina.

23) “A” adquiriu imóvel residencial de “B”. No ato da celebração da escritura não houve a juntada de certidões negativas de tributos municipais, pois “A” dispensou a apresentação do documento, já que era amigo pessoal de “B”. Após alguns meses, “A” recebeu citação em processo de execução fiscal, tendo por objeto impostos anteriores à aquisição do imóvel, sendo certo que a sua inclusão no polo passivo foi requerida pela municipalidade. Neste caso é **CORRETO** dizer que:



- A) A fazenda municipal não poderia incluir “A” no executivo fiscal, posto que a responsabilidade pelos tributos anteriores à venda é exclusiva de “B”.
- B) A responsabilidade de “A” é exclusiva, pois como dispensou a apresentação de certidões, deverá responder pelos tributos anteriores, excluindo-se a figura de “B”.
- C) A responsabilidade de “B” é exclusiva e “A” não poderia ter sido incluído, posto que a compra e venda é originária, rompendo-se a linha de sucessão.
- D) “A” foi incluído corretamente pela fazenda municipal, pois responde pelos débitos anteriores à compra e venda de forma solidária com “B”.

24) É considerado sujeito passivo no sistema tributário nacional:

- A) A pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária ou à satisfação de prestações positiva ou negativas previstas em lei.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- C) A pessoa que por força de convenção particular com o contribuinte tenha assumido a responsabilidade pela satisfação das obrigações principal e acessória.
- D) É a pessoa jurídica de direito público que tem competência para instituir e cobrar um tributo.

25) Com relação à suspensão da exigibilidade do crédito tributário é **INCORRETO** dizer:

- A) O parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito, posto que é apenas o fracionamento do débito em várias parcelas.
- B) Os recursos e as reclamações administrativas interpostas pelo contribuinte suspendem a exigibilidade até que não haja decisão definitiva a respeito daqueles.
- C) A moratória suspende a exigibilidade do crédito durante o seu prazo de duração.
- D) É possível a suspensão da exigibilidade do crédito por liminar em mandado de segurança.

26) É causa interruptiva da prescrição do crédito tributário, com **EXCEÇÃO**:

- A) Do despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- B) Do protesto judicial.
- C) Da citação válida do devedor para o efetivo pagamento.
- D) De qualquer ato inequívoco de reconhecimento do débito pelo devedor.

27) A prescrição, prevista no Código Civil, que acarreta a extinção da pretensão de um direito material, por seu não exercício no prazo legal:

- A) Poderá ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- B) Será sempre interrompida, por qualquer ato judicial.
- C) Não correrá contra as pessoas jurídicas de direito público interno.
- D) Ocorrerá em vinte anos, quando a lei não lhe tenha fixado prazo menor.



28) Vitor é caseiro da propriedade rural de Jonas e conserva a posse em nome deste em cumprimento às ordens e instruções suas. De acordo com o Código Civil, em relação a Vitor está caracterizada a figura do(a):

- A) Constituto possessório.
- B) Detentor.
- C) Composse.
- D) Posse direta.

29) Segundo o artigo 1639, do Código Civil, é lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos bens, o que lhe aprouver. É **CORRETO** afirmar:

- A) O regime de bens é imutável e sua eficácia cessará com a dissolução da sociedade conjugal.
- B) A nulidade do pacto antenupcial não invalida o casamento, mas o regime a vigorar é o da comunhão universal de bens.
- C) No regime da comunhão parcial de bens, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, hipotecar imóvel, salvo com autorização judicial.
- D) O menor entre 16 e 18 anos, que depender de suprimento judicial da vontade para o casamento, poderá adotar qualquer um dos regimes previstos em lei.

30) Acerca da responsabilidade civil do Estado, disciplinada nos artigos 927 e seguintes do Código Civil, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A existência de culpa concorrente é irrelevante.
- B) O Estado nunca terá responsabilidade subsidiária em caso de responsabilidade civil de suas autarquias.
- C) Não caberá a responsabilização do Estado quando for possível identificar, de plano, o agente público causador do dano.
- D) A existência de culpa, da parte do lesado, é relevante na temática da responsabilidade civil do Estado.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

31) Segundo dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado. Sobre a Lei Orgânica do Município de Bauru, é **CORRETO** afirmar que ela pode ser emendada mediante proposta de:

- A) Um quinto dos vereadores, no mínimo e do Prefeito Municipal.
- B) Um sexto dos vereadores, no mínimo e do Prefeito Municipal.
- C) Metade dos vereadores, no mínimo e do Prefeito Municipal.
- D) Da população, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do eleitorado do Município e do Prefeito Municipal.



32) É correto afirmar, pelo regime legal vigente, que os bens públicos seguem um regime especial. Segundo dispõe o Código Civil, pode-se afiançar que existem os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial, que são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação. Sobre o regime de bens públicos no Município de Bauru, assinale a ÚNICA alternativa que **NÃO** está de acordo com a Lei Orgânica do Município de Bauru:

A) A alienação de bens municipais, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, por vezes, será precedida de autorização legislativa, sendo essa dispensada a critério do Chefe do Executivo, ouvido o Secretário de Negócios Jurídicos e o Presidente da Câmara Municipal.

B) A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

C) O uso de bens municipais por terceiros poderá ser deferido mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público exigir.

D) A alienação de bens municipais, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de autorização legislativa.

33) O Supremo Tribunal Federal já sumulou a prerrogativa estatal de anulação e revogação de seus atos administrativos:

Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Sumula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No Município de Bauru, a lei local n.º 5.804/2009 disciplina o processo administrativo. Sobre a invalidação dos atos administrativos, segundo a legislação citada, é **INCORRETO** afirmar:

A) São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração.

B) A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

C) A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, ainda que referida convalidação resultar prejuízo a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

D) A motivação do ato no processo administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

34) De acordo com a Lei Municipal n.º 5.804/2009, os regulamentos serão editados por decreto. Sobre as regras trazidas na legislação para a edição de decretos, é **CORRETO** afirmar:

A) Alguns regulamentos poderão ser editados sem base em lei, mas desde que não prevejam infrações, sanções, deveres ou condicionamentos de direitos.

B) Nenhum decreto regulamentar será editado sem exposição de motivos que demonstre o fundamento legal de sua edição, a finalidade das medidas adotadas e a extensão de seus efeitos.



C) Os decretos serão referendados pelos Secretários Municipais em cuja área de atuação devam incidir, bem como pelo Chefe de Gabinete.

D) As minutas de regulamento serão obrigatoriamente submetidas ao Chefe de Gabinete, antes de sua apreciação pelo Prefeito Municipal.

35) Segundo a Lei Municipal n.º 3.781/1994 (Direito de Petição e Regime Disciplinar do Servidor Público Municipal de Bauru) suas alterações posteriores, é **CORRETO** afirmar:

A) O direito de requerer, na esfera administrativa, prescreve em 3 (três) anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.

B) O direito de requerer, na esfera administrativa, prescreve em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

C) O prazo de prescrição será contado da data da assinatura do ato impugnado.

D) Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento na repartição, ao servidor, exclusivamente.

36) De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, o servidor público, após três anos de estágio probatório, passa a ser estável. E o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou, ainda, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar e assegurada ampla defesa. No âmbito municipal, a Lei n.º 3.781/1994 traz o regime jurídico disciplinar do servidor público de Bauru. Considerando a legislação citada e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a única alternativa **CORRETA**:

A) As penalidades disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor público municipal, previstas na legislação local, são apenas as de advertência, suspensão, multa e demissão.

B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

C) A sindicância constitui procedimento de caráter simplesmente investigatório, ainda que existam elementos suficientes para se concluir pela ocorrência de infração disciplinar ou de sua autoria.

D) A instauração de sindicância é obrigatória em casos de acidentes de trânsito envolvendo veículos ou máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal de Bauru.

37) No Município de Bauru a lei n.º 4.830/2002 instituiu a FUNPREV (Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais efetivos de Bauru). Sobre a organização da FUNPREV e do seu CONSELHO CURADOR, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O Conselho Curador é constituído inicialmente por 09 (nove) membros, da seguinte forma: 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo; 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos, sendo os 03 (três) primeiros mais votados os titulares; 03 (três) membros titulares do DAE e EMDURB e seus respectivos suplentes eleitos, sendo os 03 (três) primeiros mais votados os titulares.

B) O Conselho Curador é constituído inicialmente por 09 (nove) membros, da seguinte forma: 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder



Executivo; 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos, sendo os 03 (três) primeiros mais votados os titulares; 03 (três) membros titulares da EMDURB e seus respectivos suplentes eleitos, sendo os 03 (três) primeiros mais votados os titulares.

C) O Conselho Curador é constituído inicialmente por 06 (seis) membros, da seguinte forma: 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo; 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos, sendo os 03 (três) primeiros mais votados os titulares.

D) O Conselho Curador é constituído inicialmente por 06 (seis) membros, da seguinte forma: 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder Legislativo; 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos, sendo os 03 (três) primeiros mais votados os titulares.

38) A Constituição Federal estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. No Município de Bauru, a lei n.º 5.975/2010 traz o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais, exceto os cargos específicos da área de saúde e de educação. Acerca das normativas estabelecidas nessa lei, é **CORRETO** afirmar:

A) A progressão é a evolução funcional do profissional na carreira, de forma horizontal de um internível para o subsequente e poderá ser conquistada após a avaliação de estágio probatório e se denomina de progressão por mérito profissional em razão do resultado da avaliação de desempenho e estágio probatório favorável dentro da classe na qual o servidor estiver enquadrado, unicamente.

B) A progressão é a evolução funcional do profissional na carreira, de forma horizontal de um internível para o subsequente e poderá ser conquistada após a avaliação de estágio probatório e se denomina de progressão por qualificação profissional (PQP) em razão de apresentação de títulos ou cursos dentro da classe na qual o servidor estiver enquadrado, unicamente.

C) A promoção por qualificação profissional por escolaridade (PQPE) poderá ser conquistada pelo servidor, mediante apresentação de certificado de conclusão de cursos na área de atuação, conforme disposto no Art. 9º, incisos I a VI, da lei municipal n.º 5.975/2010 ou na área correlata, de forma vertical a cada 10 (dez) anos de efetivo exercício no cargo, no nível de vencimento correspondente ao valor imediatamente superior ao valor percebido, na classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo após titulação.

D) A promoção por qualificação profissional por escolaridade (PQPE) poderá ser conquistada pelo servidor, mediante apresentação de certificado de conclusão de cursos na área de atuação, conforme disposto no Art. 9º, incisos I a VI, da lei municipal n.º 5.975/2010 ou na área correlata, de forma vertical a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo, no nível de vencimento correspondente ao valor imediatamente superior ao valor percebido, na classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo após titulação.

39) A Constituição Federal estabelece que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. No Município de Bauru a lei n.º 3.601/1993 dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Bauru. Acerca dessa organização, é **ERRADO** afirmar:



- A)** A Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, com atribuição de assessoramento jurídico consultivo e contencioso compõe-se, única e exclusivamente, da Procuradoria-Geral do Município e do Departamento de Comunicação e Documentação.
- B)** Gabinete do Prefeito é o órgão de assessoramento direto e imediato do Prefeito Municipal, com responsabilidade de coordenação, supervisão, orientação, acompanhamento, controle e execução de ações administrativas do Poder Executivo Municipal.
- C)** Secretarias Municipais são órgãos de assessoramento direto e imediato do Prefeito Municipal, com responsabilidade de coordenação, supervisão, orientação, acompanhamento, controle e execução de ações administrativas específicas e determinadas do Poder Executivo Municipal.
- D)** Diretoria Distrital é órgão de acompanhamento, controle e execução de ações administrativas no âmbito do subdistrito de Tibiriçá. Equiparando-se, para todos os efeitos, às Administrações Regionais.

40) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito. Seus fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Esses fundamentos norteiam todos os entes federativos, inclusive os Municípios. Nesse diapasão, em Bauru há uma organização estabelecida pela a lei local n.º 3.601/1993 que visa melhor atender o povo, titular primário de todos os direitos estabelecidos. De acordo com a lei citada acima, é **CORRETO** afirmar que a organização municipal tem como fundamentos:

- A)** Planejamento municipal, visto como sistema integrado e harmônico de identificação de realidades locais e de seleção de mecanismos e instrumentos adequados para alterá-las favoravelmente.
- B)** Centralização hierárquica, visto como sistema lógico e racional de junção de atribuições e responsabilidades entre órgãos, unidades, subunidades, setores e serviços da Administração Municipal.
- C)** Acompanhamento e controle, visto como sistema eficiente e adequado de avaliação das ações administrativas para aferição, breve e efêmera, de seus resultados.
- D)** Planejamento municipal, visto como um sistema separado de identificação de realidades locais e de seleção de mecanismos e instrumentos adequados para alterá-las favoravelmente.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: A volta

Da janela do trem o homem avista a velha cidadezinha que o viu nascer. Seus olhos se enchem de lágrimas. Trinta anos. Desce na estação – a mesma do seu tempo, não mudou nada – e respira fundo. Até o cheiro é o mesmo! Cheiro de mato e poeira. Só não tem mais cheiro de carvão porque o trem agora é elétrico. E o chefe da estação, será possível? Ainda é o mesmo. Fora a careca, os bigodes brancos, as rugas e o corpo encurvado pela idade, não mudou nada.



O homem não precisa perguntar como se chega ao centro da cidade. Vai a pé, guiando-se por suas lembranças. O centro continua como era. A praça. A igreja. A prefeitura. Até o vendedor de bilhetes na frente do Clube Comercial parece o mesmo.

— Você não tinha um cachorro?

— O Cusca? Morreu, ih, faz vinte anos.

O homem sabe que subindo a Rua Quinze vai dar num cinema. O Elite. Sobe a Rua Quinze. O cinema ainda existe. Mas mudou de nome. Agora é o Rex. Do lado tem uma confeitaria. Ah, os doces da infância... Ele entra na confeitaria. Tudo igual. Fora o balcão de fôrmica, tudo igual. Ou muito se engana ou o dono ainda é o mesmo.

— Seu Adolfo, certo?

— Lupércio.

— Errei por pouco. Estou procurando a casa onde nasci. Sei que ficava ao lado de uma farmácia.

— Qual delas, a Progresso, a Tem Tudo ou a Moderna?

— Qual é a mais antiga?

— A Moderna.

— Então é essa.

— Fica na Rua Voluntários da Pátria.

Claro. A velha Voluntários. Sua casa está lá intacta. Ele sente vontade de chorar. A cor era outra. Tinham mudado a porta e provavelmente emparedado uma das janelas. Mas não havia dúvida, era a casa da sua infância. Bateu na porta.

A mulher que abriu lhe parecia vagamente familiar. Seria...

— Titia?

— Puluca!

— Bem, meu nome é...

— Todos chamavam você de Puluca. Entre.

Ela lhe serviu licor. Perguntou por parentes que ele não conhecia. Ele perguntou por parentes de que ela não se lembrava. Conversaram até escurecer. Então ele se levantou e disse que precisava ir embora. Não podia, infelizmente, demorar-se em Riachinho. Só viera matar a saudade. A tia parecia intrigada.

— Riachinho, Puluca?

— É, por quê?

— Você vai para Riachinho?

Ele não entendeu.

— Eu estou em Riachinho.

— Não, não. Riachinho é a próxima parada do trem. Você está em Coronel Assis.

— Então eu descii na estação errada!

Durante alguns minutos os dois ficaram se olhando em silêncio. Finalmente a velha pergunta:

— Como é mesmo o seu nome?

Mas ele estava na rua, atordoado. E agora? Não sabia como voltar para a estação, naquela cidade estranha.

Luis Fernando Veríssimo

41) A respeito da identificação de composição e de função social do gênero textual, afirmamos ser uma crônica por expressar elementos expressos e complementares, descritos na alternativa:

A) Dissertação reforçada pela comprovação e validação dos fatos apresentados.

B) Narrativa informal de fatos cotidianos, geralmente com narrador-observador.



- C) Texto jornalístico marcado por locução impessoal dos fatos.
- D) Texto poético marcado pela subjetividade em que os fatos são descritos.

42) A respeito da compreensão do expresso no texto, por meio do desencadeamento das ideias e evidências elencadas ao longo de sua trajetória, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Um homem vai por engano a uma cidade e lá descobre que conhece aquelas pessoas.
- B) Um homem vai por engano a uma cidade e lá descobre que nasceu e cresceu.
- C) Um homem vai a uma cidade achando que está de volta onde nasceu e viveu.
- D) Um homem retorna à cidade em que viveu e cresceu e lá tem grandes recordações.

Leia o fragmento extraído do texto para responder as questões de nº 43 e nº 44 que se referem à compreensão de Morfologia (Classe de Palavras):

“ Ela **lhe** serviu licor. Perguntou por parentes que ele não conhecia. Ele perguntou por parentes de que ela não se lembrava. Conversaram até escurecer. Então ele se levantou e disse que precisava ir embora. Não podia, **infelizmente**, demorar-se em Riachinho. Só viera matar a saudade. A tia parecia intrigada.”

43) O termo **lhe**, no fragmento apresentado tem a correta denominação em classes de palavras como:

- A) Pronome.
- B) Conjunção.
- C) Advérbio.
- D) Preposição.

44) O vocábulo em destaque, **infelizmente** destacado no fragmento retirado do texto, está **CORRETAMENTE** classificado em:

- A) Substantivo.
- B) Advérbio.
- C) Pronome.
- D) Adjetivo.

Considere o fragmento extraído da crônica para responder as questões de nº 45 e nº 46 que se referem a correta compreensão de palavras:

“ Claro. A velha Voluntários. Sua casa está lá **intacta**. Ele sente vontade de chorar. A cor era outra. Tinham mudado a porta e provavelmente **emparedado** uma das janelas. Mas não havia dúvida, era a casa da sua infância. Bateu na porta.”

45) A expressão **intacta** também é compreendida na seguinte alternativa:

- A) Insolúvel.
- B) Não palpável.
- C) Insensível.
- D) Não acetada.



46) O termo em destaque, **emparedado** também possui o significado de:

- A) Avulso.
- B) Arquetado.
- C) Enclausurado.
- D) Sinuoso.

47) Em relação ao título do texto, “**A volta**” em consonância com o seu enunciado, assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o seu sentido na crônica:

- A) Ato de regressar.
- B) Ação de devolver.
- C) Ato de disposição diversa, vicissitude.
- D) Ato de virar ou se virar.

48) Considere o seguinte fragmento: “— Não, não. Riachinho é a próxima parada do trem. Você está em Coronel Assis.”

A utilização da pontuação travessão (—) justifica-se:

- A) Quando a citação inicia e encerra uma frase.
- B) Para união de elementos, que juntos formam novos enunciados.
- C) Para elucubrar períodos textuais com a fala do discurso indireto.
- D) No discurso direto para marcar a fala de personagens ou mudança de interlocutor.

49) A respeito da compreensão do texto, podemos inferir que uma justificativa para o entendimento inicial do protagonista em relação à cidade visitada, poderia ser explicado, uma vez que:

- A) Há grandes mudanças, em especial às de mobilidade nas cidades de menores portes.
- B) Cidades pequenas e grandes possuem o mesmo tempo de desenvolvimento.
- C) Geralmente as cidades pequenas têm em comum a igreja, a praça, pequenos pontos comerciais e possuem menores progressos e mudanças arquitetônicas.
- D) Geralmente o fluxo de urbanização está ascendente e não há mais cidades com características que não sejam urbanas.

50) Em “Estou procurando a casa onde eu nasci.” A análise da função sintática, observando o tipo de sujeito está **CORRETAMENTE** descrito na alternativa:

- A) Sujeito indeterminado.
- B) Sujeito oculto ou elíptico.
- C) Verbo seguido de pronome.
- D) Sujeito inexistente.